

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída, em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2020, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,33%, enquanto que na Bradespar era de 9,37%.

Possui, também, registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do período

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referente a aplicações financeiras e juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	R\$ mil	
	2020	2019
RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	919.921	986.920
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	970.802	1.059.486
Despesas Tributárias.....	(40.702)	(63.355)
Despesas Gerais e Administrativas.....	(10.179)	(9.211)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	919.921	986.920
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	95.630	(28.843)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	281.124	542.705
Despesas Financeiras.....	(185.494)	(571.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.015.551	958.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.161)	(3.303)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.012.390	954.774

A melhora do desempenho no resultado do exercício, em relação a 2019, atribui-se aos maiores resultados financeiros obtidos pela Companhia, que foi de R\$ 95,6 milhões em 2020, ante um resultado de R\$ (28,8) milhões em 2019, compensado por menores resultados de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 836,7 milhões e R\$ 134,1 milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 1,1 bilhão e R\$ (40,1) milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2020, destaca-se o recebimento de dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 107 milhões, e R\$ 76 milhões destinados pela Bradespar.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais

	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE	624.575	617.916
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	87.964	4.509
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8a).....	374.756	503.271
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	161.855	52.244
Despesas Antecipadas.....	-	61
NÃO CIRCULANTE	18.454.424	19.882.484
Realizável a Longo Prazo	6.343.921	6.500.934
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8b).....	32.219	-
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	5.002.334	7.111.557
Valores a Receber (Nota 10).....	282.027	274.432
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	460.859	402.370
Créditos Tributários (Nota 19c).....	174.674	164.134
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f).....	391.808	548.441
Investimentos (Nota 11)	12.110.503	11.381.550
TOTAL	19.078.999	20.500.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	919.921	986.920
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	970.802	1.059.486
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(40.702)	(63.355)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(10.179)	(9.211)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	919.921	986.920
RESULTADO FINANCEIRO	95.630	(28.843)
Receitas Financeiras (Nota 17).....	281.124	542.705
Despesas Financeiras (Nota 17).....	(185.494)	(571.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.015.551	958.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(3.161)	(3.303)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.012.390	954.774
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b).....		
Resultado por ação ordinária.....	0,30	0,29
Resultado por ação preferencial.....	0,33	0,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	1.012.390	954.774
Outros Resultados Abrangentes.....	121.253	324.711
Reflexos de Empresas com Influência Significativa.....	96.892	327.358
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	24.361	(2.647)
Total do Resultado Abrangente	1.133.643	1.279.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes		Lucros Acumulados		Totais
	Social	Legal	Estatutária	Reservados	Resultados	Acumulados	Totais		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.593.804	270.078	3.892.408	405.147	-	9.161.437	-	9.161.437	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	954.774	-	954.774	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	-	327.358	-	-	327.358	-
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	(2.647)	-	-	(2.647)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.279.485	-
Aumento de Capital por Subscrição.....	4.320.991	-	-	-	-	-	-	4.320.991	-
Destinações: - Reservas.....	-	47.739	597.035	-	-	(644.774)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(310.000)	(310.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914.795	317.817	4.489.443	729.858	-	1.012.390	-	14.451.913	-
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	1.012.390	-	1.012.390	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	-	96.892	-	-	96.892	-
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	-	24.361	-	-	24.361	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	1.133.643	-
Destinações: - Reservas.....	-	50.620	621.770	-	-	(672.390)	-	-	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	-	(340.000)	(340.000)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.914.795	368.437	5.111.213	851.111	-	15.245.556	-	15.245.556	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendem ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometido com o crescimento socioeconômico do País.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nivel I (ADRs), listados em ações preferenciais, e ADRs Nivel II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhado às necessidades de cada cliente.

Marcada pela presença e pioneirismo, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a sua estratégia e visão de futuro estão fundamentadas em quatro principais pilares: cliente; eficiência; pessoas; e sustentabilidade.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o exercício, devido a pandemia de Covid-19, ressaltam-se algumas ações realizadas, tais como: (i) instauração de um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo *Chief Risk Officer*, que reúne-se e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do vírus e seus reflexos nas operações; (ii) o acionamento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); (iii) a intensificação das ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos.

Além disso, destacam-se os seguintes acontecimentos: obtenção todas autorizações regulatórias para aquisição de 100% do capital social do BAC *Florida Bank*; início das operações da empresa BITZ Serviços Financeiros S.A., que atua no mercado brasileiro de carteiras digitais e contas de pagamento; emissão da primeira Letra Financeira com critérios de sustentabilidade; e figurou na 5ª posição global do *Dow Jones Sustainability Indices*.

O Bradesco registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, lucro líquido ajustado de R\$ 15,8 bilhões, e o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 146,2 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, lucro de R\$ 1,5 bilhão, impactado pelo resultado apresentado pela Vale, e o patrimônio líquido somou R\$ 11,3 bilhões.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A.....	19
BRADESPAR SA.....	8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES.....	13
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.....	2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.....	16
TITANIUM HOLDINGS S.A.....	6

Diário Oficial Empresarial 2 Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

Página 2

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

continua...

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Ágio (Goodwill)
O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por impairment é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por impairment.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflète a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.
- Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Os detalhamentos dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 12.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 19.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, estarão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e qual severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotas não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data dessas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

10) VALORES A RECEBER

Referem-se a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, com vencimento em março de 2024, o saldo atualizado correspondia a R\$ 282.027 (2019 - R\$ 274.432).

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
				ON	PN		2020	2019	2020	2019
Empresas										
Bradesco (1) (2) (3)	79.100.000	146.244.752	15.836.862	373.463	98.988	5,33	7.789.383	7.219.218	836.732	1.099.682
Bradespar (1) (2) (4) (7)	4.100.000	11.254.811	1.467.052	30.388	2.236	9,37	1.055.003	896.215	134.070	(40.196)
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total							12.110.503	11.381.550	970.802	1.059.486

(1) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 24,20 e as ações preferenciais de R\$ 27,14, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 57,24 e R\$ 63,71, respectivamente;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2020, foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da NCF;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2020, foram auditadas pela PwC Auditores independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados às obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 460.859 (2019 - R\$ 402.370).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

1 - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
No início do período	427.425	345.837
Atualizações monetárias	10.789	18.241
Constituição	40.700	63.347
No final do período	478.914	427.425

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2020, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 14.412, decorrentes de cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débitos com crédito de IRPJ gerado em exercício anterior.

13) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em outubro de 2016, foi encerrada a oferta pública de distribuição da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 560.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, perfazendo o montante de R\$ 5.600.000. Em dezembro de 2020, ocorreu a liquidação total dessa emissão, no montante de R\$ 5.776.986.

Em dezembro de 2020, foi encerrada a oferta pública de distribuição da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 3.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, perfazendo o montante de R\$ 3.000.000.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

- Conceptual Framework** (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do **Conceptual Framework** entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.
- Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM no 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:
 - A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
 - Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
 - Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

- Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa competitiva, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Depósito bancário.....	414	5
Fundos de investimentos financeiros (1).....	87.550	4.504
Total	87.964	4.509

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou a ela ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Aplicações financeiras

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 374.756 (2019 - R\$ 503.271), sendo seu valor de mercado igual ao contábil, com vencimento em dezembro de 2022.

b) Instrumentos financeiros derivativos

(i) Contrato de Swap

O instrumento financeiro derivativo refere-se a operação de *swap* de taxa de juros, contrato em que a Companhia está trocando o indexador de suas Letras Financeiras Subordinadas de Selic por CDI + adicional a.a., seu valor de referência é de R\$ 5.000.000, e em 2020, possuía o valor de mercado de R\$ 32.219, sendo o custo atualizado de R\$ 1.099, e um ajuste a valor de mercado de R\$ 31.120, com vencimento em dezembro de 2023.

Nos contratos de *swap* de taxa de juros, as partes trocam indexadores associados aos seus ativos e passivos, por um determinado período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado às mudanças nas condições de mercado, devido às variações nas taxas de juros.

(ii) Hedge Contábil

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido no CPC 38 - Instrumentos Financeiros, composto por:

Hedge de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Companhia. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações desses instrumentos é reconhecida em conta de despesa do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i>	Em 31 de dezembro	
			Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	5.178.785	5.178.914	31.120	20.539
Total em 31 de dezembro de 2020	5.178.785	5.178.914	31.120	20.539
Total em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável da Selic, utilizando-se de contratos de *Swaps*, sendo os prazos de vencimentos até 2023, tornando parte do fluxo de caixa prefixado. A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido no CPC 38 - Instrumentos Financeiros.

Para os próximos 12 meses, os ganhos/perdas relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ 97 mil.

Não ocorreram ganhos/perdas relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco: (i) acrescidas da variação da taxa referencial SELIC, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.002.334 (2019 - R\$ 5.005.343); e (ii) aplicações acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, que em 2019, totalizava R\$ 2.164.045, sendo o valor de custo R\$ 2.169.835, e uma marcação a mercado de R\$ (5.790).

As debêntures possuem garantias reais, as quais poderão ser utilizadas até o limite de seu valor nos termos dos respectivos Contratos de Garantia, conforme segue: (i) alienação fiduciária de 177.221.173 ações ordinárias de emissão do Bradesco e de titularidade da Companhia e (ii) cessão fiduciária de 7.500 letras financeiras de titularidade da Companhia, com o valor unitário de R\$ 500.000,00 totalizando o valor de R\$ 3.750.000. A Companhia cumpriu com todos os requisitos contratuais *covenants* em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

As debêntures farão jus a remuneração equivalente à variação acumulada da taxa média dos DI - Depósitos Interbancários de um dia, acrescida de um adicional, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, base 252 dias úteis, calculados *pro rata temporis*, desde a data de emissão até o final do período de capitalização, no montante de R\$ 3.002.007 (2019 - R\$ 5.604.288), sendo o custo de emissão a amortizar de R\$ 13.350 (2019 - R\$ 8.152), resultando em um valor líquido de R\$ 2.988.657 (2019 - R\$ 5.596.136).

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	2019
Ordinárias	1.685.707.352	1.685.707.352
Preferenciais (1)	1.502.370.308	1.502.370.308
Total	3.188.077.660	3.188.077.660

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.012.390	954.774
Ordinárias	0,30	0,29
Preferenciais.....	0,33	0,31

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

sarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos
Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei Societária.
O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do exercício.....	1.012.390	
Reserva legal.....	(50.620)	
Base de cálculo ajustada.....	961.770	
Juros sobre o capital próprio (bruto) (2).....	340.000	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3).....	(19.281)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020.....	320.719	33,3
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019.....	292.420	32,2

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) JCP deliberado em 23 de dezembro de 2020, a ser pago em 07 de janeiro de 2021; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
COFINS.....	33.923	52.988
PIS.....	6.777	10.358
Outros.....	2	9
Total.....	40.702	63.355

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Serviços de terceiros (1).....	10.038	9.059
Editais e publicações.....	141	152
Total.....	10.179	9.211

(1) Referem-se, basicamente, a despesas de comissões com debêntures.

17) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receitas financeiras		
Receita de aplicações em letras financeiras.....	237.398	414.039
Receitas sobre aplicações financeiras.....	10.354	65.137
Variação monetária de contrato de mútuo a receber.....	7.596	15.391
Outros.....	25.776	48.138
Total.....	281.124	542.705
Despesas financeiras		
Despesas com juros de debêntures.....	(174.705)	(374.596)
Variação monetária de contrato de mútuo a pagar.....	-	(102.909)
Variação monetária do adiantamento para futuro aumento de capital.....	-	(75.801)
Outros.....	(10.789)	(18.242)
Total.....	(185.494)	(571.548)
Resultado financeiro.....	95.630	(28.843)

18) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ativos						
Caixa/disponibilidades.....	-	-	414	5	414	5
Aplicações financeiras.....	-	-	5.377.090	7.672.659	5.377.090	7.672.659
Instrumentos financeiros derivativos.....	-	-	32.219	-	32.219	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber.....	282.027	274.432	-	-	282.027	274.432
Outros.....	-	-	161.855	52.244	161.855	52.244
Passivos						
Juros sobre capital próprio a pagar.....	320.719	-	-	-	320.719	-

Exercícios findos em 31 de dezembro

	Controlador (1)		Influência significativa (2)		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receitas/(Despesas) com juros.....	7.596	(163.319)	-	-	7.596	(163.319)
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio.....	(340.000)	(310.000)	304.619	421.178	(35.381)	111.178
Receitas de aplicação.....	-	-	247.336	449.737	247.336	449.737

(1) Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação); e
(2) Bradesco e Bradespar.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

19) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.015.551	958.077
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(345.287)	(325.746)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa.....	330.072	360.225
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber).....	(103.570)	(143.200)
Juros sobre o capital próprio (pagos e/ou a pagar).....	115.600	105.400
Outros valores.....	24	18
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.161)	(3.303)

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Membros	DIRETORIA	Diretor Adjunto
Luiz Carlos Trabuco Cappi	Milton Matsumoto	Diretor-Presidente	Leandro de Miranda Araújo
Vice-Presidente	Alexandre da Silva Glüher	Octavio de Lazari Junior	
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme	Maurício Machado Minas		

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC 1SP301478/O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("NCF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NCF, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 11, a NCF detém participação societária de 5,33% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado abaixo, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:

- As avaliações das provisões de perdas esperadas (*impairment*) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (em conjunto "operações sujeitas ao risco de crédito") exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
- A avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes nos quais o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, civis e trabalhistas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e civis as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionadas ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.
- A avaliação da recuperabilidade dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários. Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas. Essa subjetividade foi acentuada pelas incertezas relacionadas aos possíveis efeitos futuros da pandemia Covid-19 sobre a situação econômica.

- A avaliação do valor recuperável dos ágio na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação às Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas. Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágio e ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(15.669)	(23.583)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização, no exercício, sobre adições e exclusões temporárias.....	17.506	27.739
Constituição/realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa.....	(4.998)	(7.459)
Total dos ativos fiscais diferidos.....	12.508	20.280
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(3.161)	(3.303)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Realização		Saldo em
	31.12.2019	Constituição	Realização	31.12.2020	
Provisões fiscais.....	143.877	17.506	-	161.383	
Outros.....	42	42	(42)	42	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....	143.919	17.548	(42)	161.425	
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.....	18.247	-	(4.998)	13.249	
Subtotal.....	162.166	17.548	(5.040)	174.674	
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes.....	1.968	-	(1.968)	-	
Total dos créditos tributários.....	164.134	17.548	(7.008)	174.674	
Obrigações fiscais diferidas.....	24.796	14.611	-	39.407	
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	139.338	2.937	(7.008)	135.267	

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2021.....	35	11	4.964	1.787	6.797
2022.....	-	-	4.779	1.719	6.498
2024.....	118.660	42.719	-	-	161.379
Total.....	118.695	42.730	9.743	3.506	174.674

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 165.002 (2019 - R\$ 148.077 mil).

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em		Realização		Saldo em
	31.12.2019	Constituição	/Baixa	31.12.2020	
Atualização de depósitos judiciais.....	24.796	3.658	-	28.454	
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias.....	24.796	3.658	-	28.454	
Ajuste a valor de mercado de outros resultados Abrangentes..	-	10.953	-	10.953	
Total dos impostos diferidos.....	24.796	-	-	39.407	

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 391.808 (2019 - R\$ 548.441) referem-se a imposto de renda de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 5.607 (2019 - R\$ 1), referem-se a impostos retidos na fonte de terceiros.

20) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

	Em 31 de dezembro					
	2020			2019		
	1	2	3	1	2	3
Fatores de riscos						
Taxa de juros em reais						
Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros.....	(54)	(2.628)	(5.240)	(69)	(7.348)	(14.594)
Total.....	(54)	(2.628)	(5.240)	(69)	(7.348)	(14.594)

As posições sujeitas às oscilações demonstradas acima, referem-se a: (i) fundos de investimentos financeiros, no montante de R\$ 87.550 (2019 - R\$ 4.504); (ii) ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado, no montante de R\$ 406.975 (2019 - R\$ 503.271); (iii) ativos financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, no montante de R\$ 5.002.334 (2019 - R\$ 7.169.388); e (iv) passivos financeiros - debêntures, no montante de R\$ 2.988.657 (2019 - R\$ 5.596.136). A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi aplicado um cenário de 2,87% a.a.;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 3,58% a.a.;

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 2,86% foi utilizado um cenário de 4,29% a.a.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A NCF é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos no qual possui influência significativa, investimentos esses que podem ter impactos em razão da pandemia do Covid-19, no entanto, até a data da aprovação das demonstrações contábeis, foram imateriais. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia, uma vez que, sua duração e agravamento ainda não podem ser previstos. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas, especialmente agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19.

- A avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e provisões onde para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Banco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e essa subjetividade foi acentuada pela incerteza relacionada aos possíveis efeitos futuros advindos da pandemia da Covid-19 no cenário econômico. Pequenas alterações em determinadas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as premissas chave bem como as metodologias atuariais utilizadas.
- Elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças em seus sistemas e aplicativos para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - Rompimento da Barragem 1 da mina de Córrego do Feijão ("Barragem de Brumadinho") em que houve gastos e registros de provisões, que envolveu julgamentos críticos nas premissas e das bases utilizadas e que contou com suporte de consultores e relatórios especializados, relacionados: (i) às medidas de reparação dos atíngidos e recuperação das áreas afetadas; e (ii) descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas pelo mesmo método da Barragem de Brumadinho (método de atelamento a montante);
 - Avaliação do valor recuperável dos investimentos, ativos imobilizados, ativos intangíveis e dos ágio fundamentados em rentabilidade futura, que a Vale determina estimativas dos fluxos de caixa futuro para cada Unidade Geradora de Caixa "UGC", considerando diferentes fatores e premissas internas e externas que requerem julgamentos críticos; e
 - Provisão para contingências tributárias que possuem assuntos relevantes em discussão em várias esferas processuais e requerem julgamentos da Vale quanto ao prazo, prognóstico e perda e valor de liquidação.

Devido à relevância dessas investidas, a mensuração dessas estimativas contábeis que envolvem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas em suas demonstrações contábeis poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

cimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da NCF é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da NCF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a NCF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NCF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NCF.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NCF. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NCF a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçamos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola
Contador CRC 1SP214007/O-2



Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na administração da sua empresa

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
BBD PARTICIPAÇÕES S/A	19
BRADSPAR SA	8
CIDADE DE DEUS CIA. COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES	13
NCF PARTICIPACOES S.A.	2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A.	16
TITANIUM HOLDINGS S.A.	6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021 **Página 5**

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia foi constituída, em 2000, como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2020, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,33%, enquanto que na Bradespar era de 9,37%.

Possui, também, registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do período

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referente a aplicações financeiras e juros sobre debêntures, conforme ilustrado abaixo:

	R\$ mil	
	2020	2019
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	919.921	986.920
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	970.802	1.059.486
Despesas Tributárias.....	(40.702)	(63.355)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(10.179)	(9.211)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	919.921	986.920
RESULTADO FINANCEIRO	95.630	(28.843)
Receitas Financeiras.....	281.124	542.705
Despesas Financeiras.....	(185.494)	(571.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.015.551	958.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.161)	(3.303)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.012.390	954.774

A melhora do desempenho no resultado do exercício, em relação a 2019, atribui-se aos maiores resultados financeiros obtidos pela Companhia, que foi de, R\$ 95,6 milhões em 2020, ante um resultado de R\$ (28,8) milhões em 2019, compensado por menores resultados de equivalência patrimonial reconhecido pela Companhia, referente aos investimentos no Bradesco e na Bradespar, no montante de R\$ 836,7 milhões e R\$ 134,1 milhões, respectivamente, sendo que, em comparação com o ano anterior, tais valores foram de R\$ 1,1 bilhão e R\$ (40,1) milhões.

Negócios sociais e fatos administrativos relevantes

Em 2020, destaca-se o recebimento de dividendos/JCP, destinados pelo Bradesco, no valor líquido de R\$ 107 milhões, e R\$ 76 milhões destinados pela Bradespar.

Comentários sobre as investidas

BRDESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometido com o crescimento socioeconômico do País.

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE	624.575	617.916
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	87.964	4.509
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8a).....	374.756	503.271
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	161.855	57.831
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	161.855	52.244
Despesas Antecipadas.....	-	61
NÃO CIRCULANTE	18.454.424	19.882.484
Realizável a Longo Prazo	6.343.921	8.500.934
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8b).....	32.219	7.111.557
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	5.002.334	274.432
Valores a Receber (Nota 10).....	282.027	460.859
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	460.859	402.370
Créditos Tributários (Nota 19c).....	174.674	164.134
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f).....	391.808	548.441
Investimentos (Nota 11).....	12.110.503	11.381.550
TOTAL	19.078.999	20.500.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	919.921	986.920
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11).....	970.802	1.059.486
Despesas Tributárias (Nota 15).....	(40.702)	(63.355)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16).....	(10.179)	(9.211)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E DOS TRIBUTOS	919.921	986.920
RESULTADO FINANCEIRO	95.630	(28.843)
Receitas Financeiras (Nota 17).....	281.124	542.705
Despesas Financeiras (Nota 17).....	(185.494)	(571.548)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.015.551	958.077
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 19)	(3.161)	(3.303)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	1.012.390	954.774
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação) (Nota 14b)		
Resultado por ação ordinária.....	0,30	0,29
Resultado por ação preferencial.....	0,33	0,31

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	1.012.390	954.774
Outros Resultados Abrangentes.....	121.253	324.711
Reflexos de Empresas com Influência Significativa.....	96.892	327.358
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	24.361	(2.647)
Total do Resultado Abrangente	1.133.643	1.279.485

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados
	Social	Legal	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.593.804	270.078	3.892.408	405.147	-	9.161.437
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	954.774
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	327.358	-	327.358
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	(2.647)	-	(2.647)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.279.485
Aumento de Capital por Subscrição.....	4.320.991	-	-	-	-	4.320.991
Destinações: - Reservas.....	-	47.739	597.035	-	(644.774)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(310.000)	(310.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.914.795	317.817	4.489.443	729.858	-	14.451.913
Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	-	1.012.390
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo.....	-	-	-	96.892	-	96.892
Ajuste de Instrumentos Financeiros.....	-	-	-	24.361	-	24.361
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	1.133.643
Destinações: - Reservas.....	-	50.620	621.770	-	(672.390)	-
- Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-	(340.000)	(340.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.914.795	368.437	5.111.213	851.111	-	15.245.556

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A NCF Participações S.A. (Companhia) é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, e a realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. A Companhia possui registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na categoria "B" desde outubro de 2016.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*), cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

• Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados, diretamente, no resultado do período.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimonial e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) e operações de "hedge"

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição da Companhia, no sentido de administrar suas posições. As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre hedge contábil, suas categorias e hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui estrutura de *Hedge* de fluxo de caixa cujo objetivo, é proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado à totalidade de ativo ou passivo reconhecido, ou a um componente dele. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta descurso do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado. A composição do *Hedge* contábil está apresentada na Nota 8.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou perdas são realizados a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, influência significativa e coligadas está apresentada na Nota 11.

Ágio (Goodwill)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recurso será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depositary Receipts* Nivel I (ADRS), listados em ações preferenciais, e ADRs Nivel II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depositary Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhados às necessidades de cada cliente.

Marca da presença e pioneirismo, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a sua estratégia e visão de futuro estão fundamentadas em quatro principais pilares: cliente, eficiência, pessoas; e sustentabilidade.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o exercício, devido a pandemia de Covid-19, resalta-se algumas ações realizadas, tais como: (i) instauração de um comitê de crise formado pelo Diretor-Presidente, todos os Vice-Presidentes e pelo CRO (*Chief Risk Officer*), que reúne-se e reporta, periodicamente, ao Conselho de Administração, as avaliações sobre a evolução do vírus e seus reflexos nas operações; (ii) o acionamento do Plano de Continuidade de Negócios (PCN); (iii) a intensificação das ações internas e externas, de forma consistente e tempestiva, com o objetivo de minimizar os impactos envolvidos.

Além disso, destacam-se os seguintes acontecimentos: obtenção todas autorizações regulatórias para aquisição de 100% do capital social do BAC *Florida Bank*; início das operações da empresa BITZ Serviços Financeiros S.A., que atua no mercado brasileiro de carteiras digitais e contas de pagamento; emissão da primeira Letra Financeira com critérios de sustentabilidade; e figurou na 5ª posição global do *Dow Jones Sustainability Indices*.

O Bradesco registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, lucro líquido ajustado de R\$ 15,8 bilhões, e o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 146,2 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, lucro de R\$ 1,5 bilhão, impactado pelo resultado apresentado pela Vale, e o patrimônio líquido somou R\$ 11,3 bilhões.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratou e nem teve serviços prestados por auditor independente - KPMG Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
ATIVO		
CIRCULANTE	624.575	617.916
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7).....	87.964	4.509
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8a).....	374.756	503.271
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	161.855	57.831
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos a Receber (Nota 18a).....	161.855	52.244
Despesas Antecipadas.....	-	61
NÃO CIRCULANTE	18.454.424	19.882.484
Realizável a Longo Prazo	6.343.921	8.500.934
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8b).....	32.219	7.111.557
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9).....	5.002.334	274.432
Valores a Receber (Nota 10).....	282.027	460.859
Depósitos Judiciais (Nota 12b).....	460.859	402.370
Créditos Tributários (Nota 19c).....	174.674	164.134
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 19f).....	391.808	548.441
Investimentos (Nota 11).....	12.110.503	11.381.550
TOTAL	19.078.999	20.500.400

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. ("NCF"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à NCF, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em Participações Societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 30 e 11, a NCF detém participação societária de 5,33% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado abaixo, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes e alta dependência da infraestrutura de tecnologia da informação para continuidade de seus negócios, que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial, de forma relevante, como segue:

- As avaliações das provisões de perdas esperadas (*impairment*) de empréstimos e adiantamentos, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (em conjunto "operações sujeitas ao risco de crédito") exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias;
- A avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes nos quais o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, civis e trabalhistas como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e civis as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica;
- A avaliação da recuperabilidade dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários. Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de subjetividade na determinação das premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas. Essa subjetividade foi acentuada pelas incertezas relacionadas aos possíveis efeitos futuros da pandemia Covid-19 sobre a situação econômica;
- A avaliação do valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil indefinida cuja realização está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação às Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas. Consideramos a avaliação do valor recuperável de ágios e ativos intangíveis como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de subjetividade na determinação das premissas subjacentes, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas, especialmente agravado pelo atual cenário social e econômico resultante do estado de pandemia em razão da Covid-19;
- A avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência onde para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Banco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas e essa subjetividade foi acentuada pela incerteza relacionada aos possíveis efeitos futuros advindos da pandemia da Covid-19 no cenário econômico. Pequenas alterações em determinadas premissas poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as premissas chave bem como as metodologias atuariais utilizadas;
- Elevada dependência do Bradesco de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento da Bradespar e de sua investida que podem afetar o resultado da NCF, via equivalência patrimonial de forma relevante, como segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais;
- Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - Rompimento da Barragem I da mina de Córrego do Feijão ("Barragem de Brumadinho") em que houve gastos e registros de provisões, que envolveu julgamentos críticos nas premissas e das bases utilizadas e que contou com suporte de consultores externos especializados, relacionados: (i) às medidas de suporte e reparação dos atingidos e recuperação das áreas afetadas; e (ii) descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas pelo mesmo método da Barragem de Brumadinho (método de alçamento a montante);
 - Avaliação do valor recuperável dos investimentos, ativos imobilizados, ativos intangíveis e dos ágios fundamentados em rentabilidade futura, que a Vale determina estimativas dos fluxos de caixa futuro para cada Unidade Geradora de Caixa "UGC", considerando diferentes fatores e premissas internas e externas que requerem julgamentos críticos; e
 - Provisão para contingências tributárias que possuem assuntos relevantes em discussão em várias esferas processuais e requerem julgamentos da Vale quanto ao prazo, prognóstico e perda e valor de liquidação.

Devido à relevância dessas investidas, à mensuração dessas estimativas contábeis que envolvem julgamento significativo das investidas e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas das estimativas efetuadas em suas demonstrações contábeis poderia ter nas demonstrações contábeis da NCF, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou este assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o planejamento e comunicação do escopo de nossos trabalhos para as investidas, discussão do risco de distorção relevante e envio das instruções aos auditores das investidas. Realizamos reuniões com os respectivos auditores responsáveis pelas investidas e efetuamos a avaliação do trabalho realizado que considerou, entre outros aspectos, os assuntos destacados acima que podem afetar o resultado da NCF de forma relevante. Avaliamos também as evidências de auditoria obtidas e a documentação dos especialistas envolvidos na auditoria das investidas. Analisamos as comunicações e os relatórios enviados pelos auditores das investidas, bem como dos procedimentos realizados e das conclusões obtidas, especificamente a determinação da materialidade, o efeito de distorções não corrigidas e procedimentos de auditoria executados para responder aos riscos. Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações contábeis da NCF.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequados os saldos de investimentos e do resultado com equivalência patrimonial, bem como as respectivas divulgações em nota explicativas, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da NCF, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da NCF. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da NCF é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da NCF é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da NCF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a NCF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da NCF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da NCF.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da NCF. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a NCF a não mais se manter em continuidade operacional.
- Obtemos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-028567/F

André Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

ECONÔMICO
Valor

O GLOBO

ECONÔMICO
Valor RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE
PARA A SUA EMPRESA



ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri